

Só acordo com FMI evitará

Missão de Bresser mostra que governo brasileiro

ECONOMIA

que moratória cresça

está colocado entre duas alternativas

MILANO LOPES
Colaborador

Uma avaliação dos resultados dos contatos que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, manteve em Washington e Nova York esta semana, com a Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos, o FMI, o Banco Mundial e o comitê de bancos privados, revela que o governo foi colocado diante de duas alternativas: acertar um acordo com o FMI e ceder aos bancos, ou ampliar a moratória e partir para a confrontação.

Uma qualificada fonte da área econômica disse ao **CORREIO** que a questão não é política, como muitas pessoas imaginam, mas aritmética: se a situação permanecer como está por mais alguns meses, os bancos privados terão de destinar maiores reservas para assumir perdas em seu balanço anual, mas a situação cambial do País se deteriorará, a despeito da obtenção de um superávit comercial próximo dos US\$ 9 bilhões.

AS CONTAS

De acordo com o informante, a moratória é menos extensa do que parece. Ela afeta o pagamento de US\$ 4,3 bilhões de juros aos bancos privados e cerca de US\$ 1 bilhão ao Clube de Paris este ano. Contudo, há outros compromissos que estão sendo cumpridos ou não se encontram sob moratória, como os juros das operações de curto prazo com os bancos estrangeiros (linhas comerciais e interbancárias) que somam aproximadamente US\$ 3 bilhões, incluindo a elevação do spread.

Este ano o Banco Mundial receberá mais de US\$ 1,5 bilhão entre amortização do principal e pagamento de juros, e o ingresso líquido de recursos da instituição será negativo, ou seja, o Brasil pagará mais do que vai receber, o mesmo ocorrendo com o BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A dívida atrasada com o Fundo Monetário Internacional —

FMI — soma cerca de US\$ 1 bilhão, e embora não tenha sido ainda paga, o Brasil terá de fazê-lo o mais rápido possível, pois as regras da instituição não prevêem a resolução de casos de inadimplência a não ser mediante um novo acordo "stand by" em que um outro financiamento é concedido, via de regra no mesmo valor, promovendo-se uma espécie de rolagem da dívida.

Considerando os demais compromissos relacionados com as outras transferências de capital, que também são liquidamente negativas para o Brasil (desinvestimentos, ao invés de investimentos de risco, repatriações etc.) não só o superávit comercial não será suficiente para cobrir as despesas como as reservas sofrerão uma perda em torno de US\$ 1 bilhão, permanecendo no limite do risco do patamar dos US\$ 3 bilhões

O ACORDO

A avaliação da viagem de Bresser identifica uma flexibilização na posição brasileira e a sustentação da atitude inflexível do governo americano, do FMI e dos bancos privados.



Bresser

A aparente neutralidade manifestada pelo secretário do Tesouro, James Baker, e pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, à colocação do ministro Bresser Pereira, de que primeiro fará um acordo com os banqueiros e depois com o FMI foi avaliada como uma oposição, a princípio discreta, mas que poderá aparecer de corpo inteiro na hora certa.

O governo, conforme salientou Bresser Pereira, se dispõe agora a examinar a possibilidade de pagar uma parcela dos juros vencidos, provavelmente 20%, cerca de US\$ 300,00 milhões, até o dia 20 de outubro, quando a moratória completará seu oitavo mês. Os banqueiros perseguem dois objetivos com a exigência: primeiro, aliviar os bancos de prejuízos ainda maiores, se a moratória atingir o nono mês completamente fechada; segundo, obter, na prática, a garantia de que os pagamentos retornarão, a partir desse pagamento simbólico.

A questão a ser definida, quando o ministro da Fazenda retornar a Brasília, na próxima terça-feira, é se o pagamento simbólico será feito em troca da concordância dos bancos em iniciarem a negociação multianual da dívida sem o acordo prévio com o FMI. Se houver essa concordância, é muito provável que os bancos recebam o que estão querendo, antes mesmo de 20 de outubro.

A avaliação demonstra também que os bancos poderão concordar em negociar com o Brasil sem um acordo prévio com o FMI, desde que seja explicitado o compromisso brasileiro de negociar posteriormente, e que a implementação do acordo, incluindo o financiamento dos juros (US\$ 4,3 bilhões este ano e US\$ 3,0 bilhões em 1988) fique na dependência da realização e da operacionalização do ajuste com o Fundo Monetário. Afinal, como o ministro Bresser Pereira tem dito, o acordo com o FMI é fundamental para o acerto com o Clube de Paris e o acesso aos financiamentos japoneses.